

Tema: Sector Vitivinícola				■	Âmbito: Nacional	Tiragem: 54326
Título: Portugal contra a proposta de Bruxelas de arranque de vinha					Temática: Generalista	GRP: 3.4
2006/07/19	DIARIO DE NOTICIAS – ECONOMIA	Pág.1	Imagem: 1/2		Periodicidade: Diaría	Inv.: 2818.00

POLÍTICAS & CONJUNTURA 5
Portugal contra
a proposta de Bruxelas
de arranque de vinha



Tema: Sector Vitivinícola			Âmbito: Nacional		Tiragem: 54326
Título: Portugal contra a proposta de Bruxelas de arranque de vinha			Temática: Generalista		GRP: 3.4
2006/07/19	DIÁRIO DE NOTÍCIAS – ECONOMIA	Pág.5	Imagem: 2/2	Periodicidade: Diária	Inv.: n.a.

BRUXELAS

Portugal contra proposta de arranque de vinha

① Fernando de Sousa
Bruxelas

Portugal manifestou-se ontem em Bruxelas contra as propostas da Comissão Europeia que fazem do arranque de vinha um dos pilares para a reforma do sector vinícola europeu.

Para combater os excedentes de produção, a comissária da Agricultura, Mariann-Fischer Boel, prevê o arranque voluntário de 400 mil hectares de vinha, em cinco anos, com um montante máximo de ajuda de 2,4 mil milhões de euros.

Ontem, num conselho da UE, o ministro da Agricultura, Jaime Silva, disse não considerar “que o arranque fosse a medida emblemática desta reforma. Não podia ser. Porque o que foi emblemático, até hoje, com resultados no mercado, foi a reestruturação e a reconversão para



Bruxelas | Proposta prevê arranque até 400 mil hectares de vinha

vinhos de qualidade”.

O ministro comentou ainda que os prémios para o arranque tendem a ser excessivamente elevados, podendo encorajar esta prática, mesmo de vinhas de qualidade.

“Há um arranque previsto pela Comissão Europeia, em troca de ‘x’ por hectare. No nosso país, o montante que corre levará muita gente a arrancar a vinha. Não podemos aceitar que haja um prémio cego ao arranque em que os países menos ricos são aqueles que vão aderir mais porque o prémio é interessante”, referiu, citado pela Lusa.

Jaime Silva diz que o arranque de vinha não é medida emblemática da proposta

Apesar de reconhecer a “necessidade de uma reforma” no sector, o ministro português só equaciona o arranque de vinha “desde que a par da reconversão e sujeito ao princípio da subsidiariedade”, ou seja, no âmbito de programas nacionais aplicados a determinadas regiões e não de “forma cega” que leve ao abandono da produção.

Jaime Silva recordou que “Portugal, hoje, tem poucos excedentes. Este ano, pedimos destilação para 200 mil hectolitros e a comissária deu-me a informação de que vai aceitar o pedido português. Os produtores terão para a destilação de 200 mil hectolitros de vinho de mesa 388 mil euros. Isso deverá já ir ao Comité de Gestão, esta semana”.

Portugal também recusou a proposta de importação de mostos, considerando que há excedentes na UE. |